

013/92

gandra

13.92

Ives Gandra da Silva Martins

UM POUCO DE ESPERANÇA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
*Professor Titular de Direito Econômico e de
Direito Constitucional da Faculdade de
Direito da Universidade Mackenzie e Presidente
do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação
do Comércio do Estado de SÃO Paulo.*

Em seu livro "Um estudo da História", Toynbee não acredita na irreversível falência das civilizações, após momentos de apogeu, entendendo que os sinais de deterioração podem ser superados por um novo estágio, necessariamente superior, de pensamento do homem envolvido no desafio da falência de costumes e projetos.

Refere-se para estes momentos de contradição à decadência da criatividade como elemento que sinaliza o fim de uma civilização ou o aborto de um povo que principia a crescer e se cristaliza nas dobras do passado antes de desabrochar.

Após o "milagre brasileiro" do fim da década de 60 e começos de 70, em que se tinha a impressão de que a criatividade brasileira principiava a demonstrar insuspeitadas formas de levar o país a superar o crônico estágio de sub-desenvolvimento, entrou o Brasil a viver o fenômeno da repetição de idéias e ações, estagnando sua evolução, o que se notou, de forma mais acentuada, a partir de meados da década anterior.

O Estado cresceu, neste período, mais do que a sociedade, que restou sem condições de enfrentar o fenômeno paralisante (o Estado é sempre menos produtivo que a sociedade), mormente após os efeitos dos dois

Ives Gandra da Silva Martins

choques do petróleo, em que ficou evidente a decadência da criatividade nacional para enfrentar os novos desafios.

O aprendizado democrático, por outro lado, demonstrou que a saída do regime militar de exceção, embora de forma intraumática, coincidiu com o agravamento da crise econômica, tendo os legisladores supremos assegurado os direitos da cidadania, sem, entretanto, reduzir o tamanho da Federação, a forma do Estado e os privilégios dos que controlam a Administração Pública.

Em outras palavras, a busca do fortalecimento da cidadania teria que ser feita com a redução da máquina estatal (estrutural e pessoal), que vinha revelando, desde meados da década de 70, irreversível decadência de criatividade, na linguagem toynbeiana. Infelizmente, tal contrapartida não ocorreu.

E o drama da década de 90 é que a Nação não está resistindo ao choque entre os direitos crescentes do cidadão e a força irremovível do Estado, entre uma sociedade fraca com anseios de crescimento e um Estado forte em desesperada tentativa de manter todos os privilégios passados, como sendo intocáveis e inalteráveis. E, nesta batalha, ao contrário do que está ocorrendo no resto do mundo ocidental, o país está se desestruturando, sem um projeto nacional capaz de recuperar a "criatividade" necessária para permitir a saída da crise em que vive.

A Economia vai mal porque os tributos, em nível de produto privado bruto (PPB e não PIB), levam quase 60% da força produtora da sociedade não governamental, que, além disso, é obrigada a suportar um aumento dos preços públicos 15% acima da inflação de 91, que deve, todavia, ser mantido em 92, em face da administração da diferença em relação aos preços privados.

Exige o governo que as empresas ganhem competitividade, mas estipula preços cativos e garante a ineficiência do setor estatal,

Ives Gandra da Silva Martins

assegurando remuneração acima da inflação às suas tarifas e premiando a inoperância dos setores públicos, desta forma.

O governo pretende combater a sonegação de tributos e transforma-se no maior "caloteiro" da história (a palavra "calote" encontra-se nos dicionários não só com o sentido de "dívida não paga", mas de "logro"), nunca pagando suas contas ou, quando as paga, liquidando-as fora de prazo.

O governo declara que não tem recursos para atender os aposentados e que pretende aumentar as alíquotas devidas pelas empresas privadas, que sustentam a Seguridade. A dívida da administração direta e indireta da União, Distrito Federal, Estados e Municípios, todavia, é rolada em 20 anos (lei 8.212/91, art.58 e 8.388/91), apesar de pagar a seus servidores públicos proventos de aposentadoria consideravelmente superiores àquelas que os empregados do setor privado fazem jus.

Os governos municipais resolvem escorchar os contribuintes, em período recessivo, aumentando fantasticamente o IPTU, sem perceber que estes contribuintes, além de pagarem outros tributos ao Município, são os mesmos que pagam os tributos federais e municipais.

À evidência, em um país em que os governos em vez de procurarem combater a crise pela redução do desperdício, do tamanho do Estado, da carga tributária etc., preferem a fácil solução do "confisco tributário", reduzindo o tamanho da sociedade sem reduzir o tamanho do Estado, as possibilidades de recuperação são pequenas.

A esperança começa, todavia, a surgir no horizonte. O acordo com as montadoras demonstra a capacidade da sociedade e governo superarem problemas. Se tal espírito for levado à revisão constitucional de 1993, em que os constituintes derivados necessitam enfrentar o desafio da redução do tamanho do Estado, do privilégio dos

Ives Gandra da Silva Martins

servidores públicos, para que a sociedade sobreviva, mesmo que tal redução implique a redução do poder político de muitos deles, certamente o país começará a retomar o "crescimento de criatividade", a que alude Toynbee, com o que a década não estará perdida.

IGSM/mos
ARTDESAF



The image shows a large, stylized handwritten signature in the center of the page. To the right of the signature, there are several smaller handwritten marks, including what appears to be the number '30', the number '21', and the initials 'IGM'. Below the main signature, there is a large, sweeping handwritten flourish that extends across the width of the page.

Um raio de esperança no horizonte

Ives Gandra da Silva Martins*

Em seu livro "Um estudo da História", Toynbee não acredita na irreversível falência das civilizações após momentos de apogeu, entendendo que os sinais de deterioração podem ser superados por um novo estágio, necessariamente superior, de pensamento do homem envolvido no desafio da falência de costumes e projetos.



Refere-se para estes momentos de contradição a decadência da criatividade como elemento que sinaliza o fim de uma civilização ou o aborto de um povo que principia a crescer e se cristaliza nas dobras do passado antes de desabrochar.

Após o "milagre brasileiro" do fim da década de 60 e começos de 70, em que se tinha a impressão de que a criatividade brasileira principiava a demonstrar insuspeitadas formas de levar o País a superar o crônico estágio de subdesenvolvimento, entrou o Brasil a viver o fenômeno da repetição de idéias e ações, estagnando sua evolução, o que se notou, de forma mais acentuada, a partir de meados da década anterior.

O Estado cresceu, neste período, mais do que a sociedade, que restou sem condições de enfrentar o fenômeno paralisante (o Estado é sempre menos produtivo do que a sociedade),

mormente após os efeitos dos dois choques do petróleo, em que ficou evidente a decadência da criatividade nacional para enfrentar os novos desafios.

O aprendizado democrático, por outro lado, demonstrou que a saída do regime militar de exceção, embora de forma intraumática, coincidiu com o agravamento da crise econômica, tendo os legisladores supremos assegurado os direitos da cidadania, sem, entretanto, reduzir o tamanho da Federação, a forma do Estado e os privilégios dos que controlam a administração pública.

Em outras palavras, a busca do fortalecimento da cidadania teria que ser feita com a redução da máquina estatal (estrutural e pessoal), que vinha revelando, desde meados da década de 70, irreversível decadência de criatividade, na linguagem toynbeeana. Infelizmente, tal contrapartida não ocorreu.

E o drama da década de 90 é que a Nação não está resistindo ao choque entre os direitos crescentes do cidadão e a força irremovível do Estado, entre uma sociedade fraca, com anseios de crescimento, e um Estado forte em desesperada tentativa de manter todos os privilégios passados, como sendo intocáveis e inalteráveis. E, nesta batalha, ao contrário do que está ocorrendo no resto do mundo ocidental, o País está-se desestruturando, sem um projeto nacional capaz de recuperar a "criatividade" necessária para permitir a saída da crise em que vive.

A economia vai mal porque os tributos, em nível de produto privado bruto (PPB e não PIB), levam quase 60% da força produtiva da sociedade não governamental, que, além disso, é obrigada a suportar um aumento dos preços públicos 15% acima da inflação de 1991, que deve, todavia, ser mantido em 1992, em face da administração da diferença em relação aos preços privados.

Exige o governo que as empresas ganhem competitividade, mas estipula preços cativos e garante a ineficiência do setor estatal, assegurando remuneração acima da inflação às suas tarifas e premiando a inoperância dos setores públicos, desta forma.

O governo pretende combater a sonegação de tributos e transforma-se no maior "caloteiro" da história (a palavra "calote" encontra-se nos dicionários não só com o sentido de "dívida não paga" mas também de "logro"), nunca pagando suas contas ou, quando as paga, liquidando-as fora de prazo.

O governo declara que não tem recursos para atender os aposentados e que pretende aumentar as alíquotas devidas pelas empresas privadas, que sustentam a Seguridade. A dívida da administração direta e indireta da União, Distrito Federal, estados e municípios, todavia, é rolada em vinte anos (Lei 8.212/91, art. 58, e Lei 8.388/91), apesar de pagar a seus servidores públicos proventos de aposentadoria consideravelmente superiores aqueles a que os

empregados do setor privado fazem jus.

Os governos municipais resolvem escorchar os contribuintes, em período recessivo, aumentando fantásticamente o IPTU, sem perceber que estes contribuintes, além de pagarem outros tributos ao município, são os mesmos que pagam os tributos federais e municipais.

A evidência, em um país em que os governos, em vez de procurarem combater a crise pela redução do desperdício, do tamanho do Estado, da carga tributária etc., preferem a fácil solução do "confisco tributário", reduzindo o tamanho da sociedade sem reduzir o tamanho do Estado, as possibilidades de recuperação são pequenas.

A esperança começa, todavia, a surgir no horizonte. O acordo com as montadoras demonstra a capacidade da sociedade e do governo de superar problemas. Se tal espírito for levado à revisão constitucional de 1993, em que os constituintes derivados necessitam enfrentar o desafio da redução do tamanho do Estado, do privilégio dos servidores públicos, para que a sociedade sobreviva, mesmo que tal redução implique a redução do poder político de muitos deles, certamente o País começará a retomar o "crescimento de criatividade", a que alude Toynbee, com o que a década não estará perdida.

* Professor de Direito. Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

02/3/92

Arly 92